3. Apesar deste Conselho não ter ainda se pronunciado formalmente a respeito do PROFIC, julgamos possível apreciar individualmente as propostas de convênio com Prefeituras Municipais, por se tratar de ações já apreciadas por este Colegiado em processos análogos.

4. Ao mesmo tempo em que louvamos a iniciativa de trabalhos integrados entre a Secretaria de Estado da Educação e as Prefeituras Municipais, relembramos os critérios já definidos por este Conselho, pelo Parecer CEE nº 2003/85, para a aplicação dos recursos públicos em Educação, quando da apreciação do PTA/86:

4.1. "Destinação de recursos à expansão da rede física para:

- a) ampliação da rede, de modo a abarcar, progressivamente, toda a população em idade escolar;
- b) garantida escola para todos, ampliação da rede, de modo a reduzir o número de turnos diários, com o conseqüente aumento do tempo diário de permanência dos alunos na escola;
- c) ampliação da rede, de modo a possibilitar a redução do número de alunos por classe, até os limites recomendados do ponto de vista pedagógico.

4.2. Destinação de recursos à manutenção da rede física para:

- a) conservação das unidades escolares em condições adequadas ao trabalho pedagógico;
- b) alocação e manutenção de todos os equipamentos necessários ao bom desenvolvimento do ensino, tais como mobiliário, laboratórios, bibliotecas, aparelhos de apoio didático, material de limpeza etc.

4.3. Destinação de recursos para a alocação do pessoal docente, técnico, administrativo e auxiliar, necessário ao bom funcionamento das unidades escolares, de modo a garantir:

- a) adequada organização da carreira do magistério em níveis compatíveis com a dignidade da profissão;
- b) meios institucionais ou para-institucionais.

- de formação e aperfeiçoamento do pessoal docente, técnico, administrativo e de apoio;
- c) eliminação da rotatividade da mão-de-obra escolar, com a conseqüente fixação do pessoal nas unidades escolares e instituição dos regimes de tempo parcial e integral;
  - d) provimento e adequada distribuição de profissionais não-docentes em funções técnicas, nos estritos limites das exigências impostas pelo bom funcionamento do ensino;
  - e) provimento e adequada distribuição de todo o pessoal de apoio (serventes, escriturários, secretários, merendeiras etc...) necessário ao bom funcionamento do ensino.

4.4. Destinação de recursos ao aprimoramento das condições pedagógicas do funcionamento das escolas, abrangendo:

- a) organização adequada dos currículos (conhecimentos transmitidos e processos de transmissão: distribuição, seqüenciação, gradação e articulação dos conteúdos no espaço e tempo escolares;
- b) dotação do material didático pedagogicamente adequado às necessidades do ensino;
- c) redução das diferenças de qualidade entre os ensinos rural e urbano, noturno e diurno, bem como entre escolas isoladas e agrupadas.

4.5. Redistribuição dos recursos relacionados às condições administrativas de funcionamento do sistema escolar, de modo a combater a atual hipertrofia das atividades-meio, o que implica em:

- a) transferência de recursos das atividades-meio para as atividades-fim, subordinando aquelas a estas, visando a corrigir a distorção da autonomização das atividades-meio;
- b) redução dos órgãos administrativos e técnicos, bem como do respectivo pessoal, aos estritos limites das exigências do bom funcionamento do ensino;

c) agilização da normatização do sistema de ensino e do fluxo de tomada de decisões.

4.6. Destinação de recursos e atividades complementares de apoio ao trabalho propriamente pedagógico, tais como saúde escolar, transporte escolar etc."

5. Julgamos necessário que as Prefeituras Municipais, ao solicitarem participação no PROFIC em novos projetos, apresentem um quadro geral da situação escolar do Município, demonstrando a dimensão do atendimento escolar no ensino de 1º e 2º graus, bem como da educação pré-escolar. Este quadro demonstrativo deve incluir dados relativos à utilização, pela Prefeitura Municipal, dos recursos decorrentes da aplicação da Emenda Calmon.

6. A cláusula sexta, atendendo orientação deste Colegiado em convênios anteriores, prevê, como vigência, a duração de (2) dois anos, a partir da data de sua assinatura. Considerando que o projeto ainda não foi suficientemente avaliado e que as Prefeituras Municipais poderão, nos exercícios seguintes, ir assumindo, gradativamente, maiores proporções de responsabilidades e dispêndios na execução destes convênios, com a utilização de recursos advindos da Emenda Calmon, julgamos oportuno continuar insistindo que a renovação do presente convênio fica condicionada à apreciação, por este Conselho, de relatório de avaliação dos resultados efetivamente obtidos pelo Projeto.

3. CONCLUSÃO:

Em vista do exposto, nos termos deste Parecer, aprova-se a celebração de Convênio entre a Secretaria de Estado da Educação e a Prefeitura Municipal de Paranapuã.

São Paulo, 10 de outubro de 1.986.

a) Consa. _____
Cecília Vasconcellos Lacerda Guaraná

4. DECISÃO DA COMISSÃO:

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO adota como seu Parecer o Voto da Conselheira Relatora.

Presentes os Conselheiros: Antônio Joaquim Severino, Anna Maria Quadros Brant de Carvalho, Cecília Vasconcellos Lacerda - Guaraná, Francisco Aparecido Cordão e Jorge Nagle.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1.986.

a) Cons. _____
Francisco Aparecido Cordão

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Planejamento, nos termos do Voto do Relator.

Os Conselheiros Arthur Fonseca Filho, Dermeval Saviani e Mirian Jorge Warde votaram com restrições.

Sala "Carlos Pasquale", em 22 de outubro de 1986

a) Consa. MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA

Presidente